

# DEFASAGEM DE INFRAESTRUTURA

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS  
(RDC)

LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011

# LITIGIOSIDADE

- ESTATÍSTICAS LEVANTADAS NA AUSTRÁLIA REVELAM QUE ENTRE 8 E 10% DOS CUSTOS DE UM PROJETO SÃO DESTINADOS A ATENDER DESPESAS JURÍDICAS, DAS QUAIS 50% SE REFEREM À LITIGÂNCIA.
  - ALLENS & LINKLATER, CITANDO G. JAGADEESAN

# ARBITRAGEM - MEDIAÇÃO

- CÂMARA CIESP/FIESP :
- 112 CASOS EM ANDAMENTO
- MÉDIA DE 50 CASOS NOVOS A CADA ANO
- MÉDIA DE R\$ 20 M EM DISPUTA POR CASO
- ATÉ DEZEMBRO/2019 JÁ HAVIAM SIDO INICIADOS PELA CÂMARA 625 CASOS

# DISPUTE BOARDS

Dispute Resolution Board Foundation DRBF

2.813 casos (1975-2017)

277,5 bilhões de US\$

Sucesso de 90%

Não judicialização



# DUAS FUNÇÕES

Previne litígios, respondendo a consultas

Soluciona litígios através de recomendações e decisões

# PROBLEMÁTICA

Complexidade das Obras  
Custos diretos e indiretos  
Financiamentos  
Probabilidade de paralização  
Rescisão contratual  
Falência ou RJ das empresas

# MODALIDADES DE DISPUTE BOARDS

## Dispute Review Board (DRB)

Função consultiva: responde consultas e oferece recomendações

Recorribilidade das recomendações: prazo para que se tornem vinculantes

Não cumprimento constitui infração contratual.

## Dispute Adjudication Board (DAB)

Função adjudicatória: emite decisões com força vinculante

Recorribilidade (efeito apenas devolutivo)

O efeito suspensivo depende de atuação judicial ou arbitral



# COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS

A composição mais comum é de 3 membros: 2 engenheiros e um advogado

Independência, imparcialidade, celeridade, sigilo e conhecimento especializado



LIBERDADE DE CONTRATAR

# RESULTADOS A SEREM ESPERADOS

Mais de 90% das questões são resolvidas de forma amigável

Tempo médio de solução é de 145 dias

Há ganho qualitativo na execução do contrato, em razão do respaldo técnico

Baixo custo em relação à litigiosidade

## Evita as Paralisações de Obras

# REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (RDC)

Lei nº 12.462 de 4 de agosto de 2011  
BUSCA DE EFICIÊNCIA

Destinada, inicialmente a permitir a realização das obras de infraestrutura necessárias à realização dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo de Futebol

Foi estendida às obras do PAC (art. 1º, IV)

Às obras do SUS ( art. 1º, V)

Às obras de construção reforma e ampliação de estabelecimentos penais (art. 1º, VI)

Às obras de engenharia, relacionadas a melhorias na mobilidade urbana ou ampliação de infraestrutura logística.



# LEIS QUE TRATAM DA RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS

Lei de Arbitragem: Lei nº 9.307/96 --- Lei nº 13.129/2015

Lei de Mediação: Lei nº 13.140/2015

Garantiram a extensão dos mecanismos de composição extrajudicial à administração pública



## ART. 44-A DA LEI DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO - RDC

Art. 44-A. Nos contratos regidos por esta lei, poderá ser admitido o emprego dos mecanismos privados de solução de disputas, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a mediação, para dirimir conflitos decorrentes da sua execução ou a ela relacionados.

OBRIGADA PELA ATENÇÃO